



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO

**Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados para o Município
de Bragança**

PROGRAMA DO CONCURSO

Motivo: Aprovo documento
Localização: Bragança, Portugal
Data da Assinatura: 17/10/2022 12:01:09

Hernani Dias



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

PROGRAMA DO CONCURSO

Artigo 1.º

Objecto do concurso

1. O concurso tem por objecto a prestação de serviços intitulada de **“Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados para o Município de Bragança”**, cujas especificações constam do caderno de encargos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. O procedimento de concurso público com publicação em Diário da República foi adotado nos termos e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de Março de 2008 é:
 - 64210000-1 – Serviços telefónicos e de transmissão de dados;

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, com o NIPC 506 215 547, com sede no Forte de S. João de Deus, 5300-263 Bragança, telefone n.º 273 304 200, fax n.º 273 304 299, endereço electrónico armazens@cm-braganca.pt, plataforma electrónica Acingov.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar é da competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b). do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Artigo 4.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda..
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.
3. Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos:
4. Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados por nós os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.

5. Mais informações através do número 707 451 451.

6. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

7. O processo de concurso encontra-se patente no Município de Bragança, sita Forte São João de Deus 5300-263, Bragança, onde o programa do concurso e o caderno de encargos se encontram disponíveis para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (9h00 às 12:30 e das 14:00 às 17h30), desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e rectificações das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública na funcionalidade de "Esclarecimentos". No mesmo prazo, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu "Pedidos", na funcionalidade "Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos" utilizando a opção "Criar Pedido", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
- iv. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

2. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

4. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que precederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50 do Código dos Contratos Públicos.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Artigo 6.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri de Concurso.

Artigo 7.º

Documentos que constituem a proposta

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública.
2. Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
 - a) Proposta de preço em Euros, Anexo III caderno de encargos, sem inclusão do IVA, incluindo todos os serviços das componentes;
 - b) Toda a informação técnica necessária para a avaliação das propostas;
 - c) Prazo de validade da proposta;
 - d) Outros aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
3. Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA, devendo mencionar expressamente que ao preço total acresce IVA.
4. Quando os preços constantes das propostas forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. As declarações devem ser assinadas pelo concorrente ou pelo representante com poderes para o obrigar.

Artigo 8.º

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Podem admitir-se documentos redigidos em língua estrangeira em função da especificada técnica (a concretizar caso a caso).

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das propostas

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada



MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.

2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.
3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.
4. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

Artigo 11.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas podem ser apresentadas até às 17:30 horas do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. O disposto no número anterior não prejudica a eventual prorrogação do prazo para apresentação das propostas resultante da verificação das situações previstas no artigo 64.º do CCP.

Artigo 12.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1. O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 dias a contar do termo do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP.
2. É garantida a salvaguarda da informação nominal, na medida que os mesmos apenas servem para o presente procedimento e fins definidos nas peças procedimentais.

Artigo 13.º

CrITÉrio de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela seguinte modalidade:

Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP na sua redação atual.

- 1 - Serão qualificados, os concorrentes que cumpram os requisitos técnicos e funcionais mínimos e níveis de serviço constantes do caderno de encargos.
- 2 - Todos os concorrentes qualificados serão ordenados segundo o preço, por ordem crescente do valor.
- 3 - Para efeitos da determinação dos preços, a que se refere o número anterior, serão aplicados os valores apresentados no Anexo III do Caderno de Encargos à seguinte fórmula:



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

$$VT = (C1 + C2 + C3 + C4 + C5 + C6)$$

Sendo:

VT = valor total/final das componentes (em Euros); C1 = valor da componente 1; C2 = valor da componente 2; C3 = valor da componente 3; C4 = valor da componente 4; C5 = valor da componente 5; C6 = valor da componente 6.

Para cálculo da componente 1 será aplicada a seguinte fórmula:

$$C1 = (9000 \cdot C11 + 5000 \cdot C12 + 11500 \cdot C13 + 14000 \cdot C14 + 5000 \cdot C15 + 10 \cdot C16 + 5 \cdot C17 + 5 \cdot C18 + 5 \cdot C19 + 5 \cdot C110 + 200 \cdot C111 + 5 \cdot C112 + 150 \cdot C113 + 5000 \cdot C114 + 5000 \cdot C115 + 6500 \cdot C116 + 30 \cdot C118 + C119 + 57 \cdot C128 + 30 \cdot C129) \cdot 24$$

Para cálculo da componente 2 será aplicada a seguinte fórmula:

$$C2 = (8000 \cdot C21 + 6500 \cdot C22 + 6500 \cdot C23 + 6500 \cdot C24 + 4000 \cdot C25 + 50 \cdot C26 + 5 \cdot C27 + 5 \cdot C28 + 5 \cdot C29 + 5 \cdot 210 + 170 \cdot C211 + 10 \cdot C212 + 72 \cdot C213) \cdot 24$$

Para cálculo da componente 3 será aplicada a seguinte fórmula:

$$C3 = (30 \cdot C35 + 10 \cdot C36 + 6 \cdot C37) \cdot 24$$

Para cálculo da componente 4 será aplicada a seguinte fórmula:

$$C4 = (C41 + C42 + C43 + C44 + C45 + C46 + C47 + C48 + C49 + C410 + C411 + C412 + C413 + C414 + C415 + C416 + C417 + C418 + C419 + C420 + C421 + C422 + C423 + C424 + C425 + C426 + C427 + C428 + C429 + C430 + C431 + C432 + C433 + C434 + C435 + C436 + C437 + C438 + C439 + C440 + C441 + C442 + C443 + C444 + C445 + C446) \cdot 24$$

Para cálculo da componente 5 será aplicada a seguinte fórmula:

$$C5 = (10000 \cdot C51 + 10000 \cdot C52 + 1500 \cdot C53 + 1500 \cdot C54 + 5000 \cdot C55 + 10 \cdot C56 + 5 \cdot C57 + 5 \cdot C58 + 5 \cdot C59 + 5 \cdot C510 + 20 \cdot C511 + 2 \cdot C512 + 3 \cdot C513 + 3 \cdot C514 + 5 \cdot C515) \cdot 24 + 11000$$

Para cálculo da componente 6 será aplicada a seguinte fórmula:

$$C6 = 38 \cdot C61 + 47 \cdot C62 + 19 \cdot C63 + 19 \cdot C64$$

Artigo 14.º

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, e no artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. No caso de esta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para o endereço de correio eletrónico a seguir indicado: armazens@cm-braganca.pt e expediente@cm-braganca.pt.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

2. Os documentos devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 10 dias após a receção da respetiva notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública.
3. O Adjudicatário dispõe do prazo de cinco de 5 dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 15.º

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do mesmo código, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 16.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução.

Artigo 17.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas.

Artigo 18.º

Novos serviços similares

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adopção de um procedimento de Ajuste Directo para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos do objecto do presente concurso público.

Artigo 19.º

Júri do Concurso

- 1 - As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.
- 4 - No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentalmente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Artigo 20.º

Audiência prévia

- 1 - A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos Concorrentes, nos termos do disposto nos artigos 123.º e 147.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do projecto de decisão final para se pronunciarem sobre o mesmo.
- 3 - Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de análise das propostas.

Artigo 21.º

Adjudicação

É o acto pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

Depois de tomada a decisão de adjudicação, por parte do Município de Bragança, será notificada aos concorrentes, em simultâneo, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do Art.º 77 do CCP.

Artigo 22.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O Município poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 23.º

Prevalência

Nos termos do n.º 6 do artigo 132.º do CCP, as normas do presente programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes e, nos termos do artigo 51.º do mesmo código, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 24.º

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “**Adjudicações**”:



MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

- a. Declaração emitida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, cuja minuta consta do anexo II ao presente Programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
 - c. Certidão do Registo Comercial;
 - d. Declaração com a identificação da(s) pessoa(s) que outorga(m) o contrato e respetivos dados do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.
2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo 81.º através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. No caso de esta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para os endereços de correio eletrónico a seguir indicados: armazens@cm-braganca.pt, joao.rodrigues@cm-braganca.pt, mjs@cm-braganca.pt
3. O Adjudicatário dispõe do prazo de 5 (cinco) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do mesmo dispositivo legal.

Artigo 25.º

Análise e exclusão das propostas

1. Após análise das propostas, o Júri do Procedimento elabora Relatório fundamentado, nos termos do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. São consideradas inaceitáveis as propostas que:
 - a) Impliquem um preço contratual superior ao preço base fixado. Por preço contratual entende-se o preço da proposta apresentada.
 - b) Impliquem um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71.º do CCP. Por preço anormalmente baixo entende-se o preço contratual que for inferior em 50% (cinquenta por cento) ou mais em relação ao preço base fixado.
 - c) Existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.
 - d) Não estejam assinadas eletronicamente pelo responsável ou seu representante.
 - e) Não apresentem preço para a totalidade dos lotes/artigos a requisitar.
 - f) Não apresentem toda a descrição detalhada da proposta apresentada.

Artigo 26.º

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no Programa de Concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Paços do Município de Bragança
O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias, Dr.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º